CPQ Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente

pwc

Confidencial (DC2)

pwc

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CPQ Brasil S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CPQ Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da CPQ Brasil S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPQ Brasil S.A. e da CPQ Brasil S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 13 às demonstrações financeiras, a Companhia tem em seu passivo não circulante debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de certos índices financeiros periódicos que, caso não atendidos, provocam a exigibilidade imediata dos referidos passivos. Tais índices não foram atingidos em 31 de dezembro de 2016, provocando assim, o vencimento antecipado das debêntures. Apesar de a Companhia ter obtido em 2017, a renúncia a este direito advindo do não atingimento de um destes índices em 31 de dezembro de 2016, junto às instituições financeiras, as práticas contábeis adotadas no Brasil requerem o reconhecimento desta renúncia de forma prospectiva nas demonstrações financeiras. Dessa maneira, o saldo dessas debêntures, no valor de R$ 47.605 mil, deveria ter sido reclassificado para o passivo circulante em 31 de dezembro de 2016.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

pwc

CPQ Brasil S.A.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia e sua controlada têm apurado prejuízos recorrentes em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R$ 30.274 mil na Companhia e de R$ 30.298 mil no Consolidado (sem considerar os efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima). Essa situação, entre outras descritas na Nota 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a essa incerteza sobre continuidade operacional.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva", a Companhia não reclassificou o saldo de suas debêntures, registradas no passivo não circulante, para o passivo circulante. Concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pela mesma razão e valores mencionados na seção "Base para opinião com ressalva".

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto

Confidencial (DC2)

nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Barueri, 30 de março de 2017

Pricewaterhousecoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Marcos Magnusson de Carvalho
Marcos Magnusson de Carvalho
Contador CRC 1SP215373/O-9

CPQ Brasil S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	1.906	7.478	2.175	7.613
Aplicações financeiras restritas (Nota 6)		1.462		1.462
Contas a receber de clientes (Nota 7)	6.999	5.532	7.152	5.587
Estoques (Nota 8)	4.253	4.444	4.280	4.467
Impostos a recuperar	339	987	339	987
Outras contas a receber	1.757	2.727	1.858	2.829
	15.254	**22.630**	**15.804**	**22.945**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas (Nota 18)	12.242	8.753	11.336	8.528
Impostos a recuperar	180	226	180	226
Depósitos Judiciais (Nota 10)	7.996	4.944	7.998	4.944
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9)	6.524	15.630	6.740	15.630
Outras contas a receber	714	520	714	520
	27.656	30.073	26.968	29.848
Imobilizado (Nota 11)	22.695	22.157	22.759	22.222
Intangível (Nota 12)	1.837	5.844	1.837	5.844
	52.188	**58.075**	**51.564**	**57.914**
Total do ativo	**67.442**	**80.704**	**67.369**	**80.859**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Circulante				
Fornecedores	2.734	4.778	2.741	4.804
Debêntures (Nota 13)	33.339	2.249	33.339	2.249
Arrendamentos financeiros a pagar	50	90	50	90
Impostos e contribuições a recolher (Nota 17)	2.969	2.660	2.985	2.717
Férias, encargos e bônus a funcionários (Nota 14)	3.629	3.097	3.702	3.166
Receitas antecipadas (Nota 15)	322		322	
Outras contas a pagar	2.485	3.325	2.963	3.547
	45.528	**16.199**	**46.102**	**16.573**
Não circulante				
Debêntures (Nota 13)	47.605	71.014	47.605	71.014
Arrendamentos financeiros a pagar	22	72	22	72
Provisão para perdas com investimento	647	200		
Provisão para contingências (Nota 16)	1.924	1.422	1.924	1.422
	50.198	**72.708**	**49.551**	**72.508**
Total do Passivo	**95.726**	**88.907**	**95.653**	**89.081**
Patrimônio Líquido				
Capital social (Nota 20)	12.839	12.839	12.839	12.839
Prejuízos acumulados	(41.123)	(21.042)	(41.123)	(21.062)
Total do patrimônio líquido	**(28.284)**	**(8.203)**	**(28.284)**	**(8.222)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**67.442**	**80.704**	**67.369**	**80.859**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Receitas de vendas				
Receita líquida de vendas (Nota 21)	103.102	97.044	107.664	98.409
Custo dos produtos vendidos	(46.535)	(41.959)	(48.760)	(42.658)
Lucro bruto	56.567	55.085	58.904	55.751
Despesas com vendas (Nota 22)	(40.413)	(29.149)	(43.238)	(29.959)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(14.286)	(14.156)	(14.285)	(14.156)
Outras receitas operacionais (Nota 23)	382	1.330	382	1.330
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447)	(200)		
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	1.803	12.910	1.764	12.966
Despesas financeiras (Nota 24)	(15.721)	(14.547)	(15.897)	(14.570)
Receitas financeiras (Nota 24)	2.943	4.387	2.945	4.387
	(12.778)	(10.160)	(12.952)	(10.183)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.975)	2.750	(11.188)	2.783
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente (Nota 9)				(33)
Diferidos (Nota 9)	(9.106)	(1.111)	(8.893)	(1.111)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(20.081)	1.639	(20.081)	1.639
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação – R$ (Nota 19)	(1,74)	0,14	(1,74)	0,14

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto, a "Demonstração do resultado abrangente" não está sendo apresentada.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio liquido

Em milhares de reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2014	12.839	(22.681)	(9.842)
Lucro líquido do exercício		1.639	1.639
Em 31 de dezembro de 2015	12.839	(21.042)	(8.203)
Prejuízo do exercício		(20.081)	(20.081)
Em 31 de dezembro de 2016	12.839	(41.123)	(28.284)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPQ Brasil S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(10.975)	2.750	(11.188)	2.783
Ajustes				
Depreciação e amortização	4.965	3.021	4.974	3.021
Impairment do ágio	3.392	2.742	3.392	2.742
Despesas financeiras e outras provisões	12.506	10.834	12.592	10.841
Provisão contingências	504	1.190	504	1.190
Amortização de receita antecipada	(78)	(416)	(78)	(416)
Reversão Provisão Pis-Cofins	(1.800)	(2.277)	(1.800)	(2.277)
Provisão perda investimento - Equivalência Patrimonial	447	200		(19)
Resultado na venda de ativo imobilizado	616	2.012	616	2.012
	9.578	20.056	9.012	19.877
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	(1.467)	968	(1.547)	913
Estoques	191	(362)	187	(385)
Impostos a Recuperar	695	(79)	695	(79)
Outros créditos	777	(1.387)	778	(1.487)
Deposito Judicial	(654)	(691)	(656)	(691)
Fornecedores e outras contas a pagar	(2.884)	2.941	(2.647)	3.189
Férias, encargos e bônus a funcionários	532	1.394	536	1.463
Impostos a recolher	308	1.044	266	1.100
Caixa gerado nas operações	7.076	23.884	6.623	23.900
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	(6.398)	(12.352)	(6.398)	(12.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício				(33)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	678	11.532	225	11.515
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de controlada		(1.412)		(1.412)
Empréstimos para partes relacionadas	(2.094)	(1.715)	(1.500)	(1.497)
Aplicações financeiras	1.462	(167)	1.462	(167)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(5.504)	(5.533)	(5.512)	(5.599)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(6.136)	(8.827)	(5.550)	(8.675))
Fluxos de caixa das (usado nas) atividades de financiamentos				
Pagamento de financiamentos - principal	(113)	(102)	(113)	(102)
Aquisição em empréstimos		136		136)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(113)	34	(113)	34
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa	(5.572)	2.739	(5.438)	2.874
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7.478	4.740	7.613	4.740
No fim do exercício	1.906	7.478	2.175	7.613
	(5.572)	2.738	(5.438)	2.873

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

A CPQ Brasil S.A. ("CPQ" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo - SP e tem por objetivo a indústria e o comércio de pães, massas, biscoitos, bolachas, doces e outros produtos de padaria, pastelaria, confeitaria e lanchonete, podendo para tanto, fabricá-los, adquiri-los de terceiros ou recebê-los em consignação, bem como a administração de franquias empresariais incluindo fundo de propaganda, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores, locação e comodato de equipamentos e licenciamento temporário de uso de marca.

Como resultado de sua política de crescimento, a partir de 2014 houve a abertura de filiais, denominadas "lojas próprias", nos principais aeroportos em expansão do Brasil. No decorrer de 2014 foram inauguradas no total sete filiais, sendo duas no Aeroporto Internacional de Brasília, três no Aeroporto Internacional São Gonçalo do Amarante, em Natal, e duas filiais no Aeroporto Internacional em Guarulhos. Em continuidade a esta política, durante o ano de 2015, foram inauguradas mais cinco filiais, sendo uma filial no Aeroporto de Brasília, uma no Aeroporto Internacional São Gonçalo do Amarante em Natal e três filiais no Aeroporto Internacional em Guarulhos. No ano de 2016, foram também inauguradas cinco filiais, sendo uma filial no Aeroporto de Brasília, duas filiais no Aeroporto Internacional em Guarulhos e duas no Aeroporto de Viracopos em Campinas.

A Administração, com base nos resultados do exercício de 2016 e visando ajustar a Companhia ao cenário econômico atual, deu início a um plano de redução de custos e despesas, consistindo principalmente na renegociação das suas taxas de aluguel e na revisão de sua estrutura administrativa e transferência de parte da unidade administrativa da Faria Lima, na capital de SP, para Itupeva-SP. Além disso, a administração está avaliando outras formas de captação de recursos com o objetivo de honrar seus compromissos financeiros de curto prazo.

A Companhia realizou em setembro de 2016 revisão dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reduziu o montante de R$ 9.341 (R$ 6.868 de Imposto de Renda e R$ 2.473 de Contribuição Social), adequando o valor a sua mais provável realização.
De igual maneira, foram revistos os ativos intangíveis para identificação de perdas não recuperáveis. Como resultado, foi reconhecida a perda de R$ 3.392, montante do valor contábil do ativo que ultrapassava seu valor recuperável.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 30 de março de 2017.

2 Combinação de negócios

Em 23 de setembro de 2015, a CPQ obteve o controle da IGT2 Alimentos Ltda. (IGT2), que atua no comércio de pães, lanches e sucos em geral, ao adquirir 100% do patrimônio dessa empresa.

A aquisição da IGT2 pela CPQ permitirá uma expansão dos negócios no canal varejo. Espera-se que a aquisição possibilite à CPQ maior participação no comércio varejista de alimentos em aeroportos, através do acesso a novo ponto, o aeroporto de Congonhas em São Paulo.

A IGT2 está incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando o custo histórico como base de valor, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão

3.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: determinações de provisões para imposto de renda e utilização de prejuízos fiscais (Nota 9), vida útil do ativo imobilizado (Nota 3.9) e intangível (Nota 3.11), *impairment* de ágio (*goodwill*) (Nota 3.12), provisões para contingências (Nota 16). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3.3 Base de consolidação

(a) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

O processo de consolidação das contas patrimoniais e das contas de resultado corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado com as seguintes eliminações:

. Eliminação das perdas registradas por equivalência patrimonial da controlada.

. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada.

. Eliminação de lucro não realizado nos estoques da empresa controlada.

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa

3.6 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, como empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos por qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

(b) Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros: arrendamento financeiro, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

3.8 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição ou de produção e não excedem o valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A Companhia adota a política de realizar provisões e baixas de estoques por questões de obsolescência, demanda e outros fatores econômicos.

3.9 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais."

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos foram avaliadas por empresa especializada e independente e revisada pela Companhia e são apresentadas a seguir:

	Vida útil estimada
Edificações	42 anos
Instalações	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 a 17 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	8 a 17 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,6 anos (média)
Equipamentos de informática	5 anos

As vidas úteis utilizadas representam os períodos nos quais os ativos contribuirão para a geração de receita. O julgamento da Companhia para a determinação na manutenção das vidas úteis e valores depreciáveis está baseada no conhecimento da diretoria da Companhia nas operações e no mercado onde atua.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.10 Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

3.11 Ativos intangíveis

(a) Software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

(b) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

O ágio e outros intangíveis gerados nas aquisições de investimentos estão fundamentados em estudos desenvolvidos por empresa especializada independente, representados em laudos que suportam a contabilização do ágio. Os laudos foram desenvolvidos considerando as metodologias específicas de avaliação estabelecidas pela empresa especializada independente e premissas definidas e fornecidas pela Companhia considerando projeções de aumento do número de lojas e quiosques, lançamento de novos produtos, maior penetração dos produtos nos fraqueados e crescimento de vendas.

(c) Relacionamento com franqueados

Este ativo intangível abrange o valor do resultado econômico esperado pela Companhia dos contratos com os franqueados na aquisição da marca MBCM. É reconhecido pelo valor justo na data da aquisição, e a vida útil estimada de acordo com o laudo de avaliação, que segue a vida útil atribuída à Marca de vinte anos, sendo registrado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear.

(d) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que têm vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada, calculada pelo método linear.

(e) Ponto comercial

Ponto comercial compreende a cessão de pontos comerciais adquiridos em combinação de negócios, os quais são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, levando em consideração o tempo de vida útil estimada de 28 meses.

3.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(a) *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment)*. As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.13 Benefícios a empregados

A Companhia mantém para seus colaboradores um plano de participação nos lucros. Os colaboradores tem direito a participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e para os gestores com base em objetivos específicos e acordados entre as partes. O montante da participação é reconhecido no resultado do período. Os programas são aprovados pela diretoria e, quando aplicável, constam dos acordos firmados com entidades sindicais competentes.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.15 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como capital social, no patrimônio líquido.

3.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrito a seguir:

(a) Venda de produtos

As vendas de produtos são reconhecidas sempre que seja efetuada a entrega de produtos para os clientes e tenha-se evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(b) Venda de serviços

A Companhia cobra de seus franqueados taxas de *royalties* e fundo de *marketing* com base no faturamento informado pelas franquias. Para o ingresso de novas lojas na Companhia é efetuada a cobrança de uma taxa de franquia, reconhecidas de acordo com os critérios estabelecidos em contrato firmado entre as partes.

(c) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, principalmente, as receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.17 Imposto de renda e contribuição social

(a) Corrente

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda, e 9%, sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

(b) Diferido

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da administração e são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

3.18 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, ou prejuízo, disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações ordinárias nominativas em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 – Resultado por ação.

4 Gestão de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxo de caixa.

A diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia representados, principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Nota 6) (i)	1.906	8.940	2.175	9.075
Contas a receber de clientes (Nota 7) (ii)	6.999	5.532	7.152	5.587
	8.905	14.472	9.327	14.662

(i) A política de gestão de riscos determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Companhia, tanto com terceiros, como com seus acionistas. A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo, e com liquidez. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha e aplicações em títulos de renda fixa.

(ii) A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A pulverização de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes (80% franqueados ou licenciados e 20% operadoras de cartões referentes a vendas nas lojas próprias), assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das contas a receber. A Companhia não possui histórico de perdas relevantes nas contas a receber e, em 31 de dezembro de 2016, cerca de 91% dos títulos encontravam-se a vencer (92% em 31 de dezembro de 2015). Apesar de haver uma reduzida parcela de saldos vencidos a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(b) Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2016 Controladora				
	Valor contábil	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros					
Debêntures	80.944		33.339	23.780	23.825
Arrendamento financeiro	72	32	21	19	
Fornecedores	2.734	2.734			
Demais contas a pagar	6.114	6.114			
	89.864	8.880	33.360	23.799	23.825

	2016 Consolidado				
	Valor contábil	**6 meses ou menos**	**6-12 meses**	**1-2 anos**	**2-5 anos**
Passivos financeiros					
Debêntures	80.944		33.339	23.780	23.825
Arrendamento financeiro	72	32	21	19	
Fornecedores	2.741	2.741			
Demais contas a pagar	6.665	6.665			
	90.422	9.438	33.360	23.799	23.825

	2015 Controladora				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	73.263			25.658	47.605
Arrendamento financeiro	162	90		72	
Fornecedores	4.778	4.778			
Demais contas a pagar	6.422	6.369		53	
	84.625	11.237		25.783	47.605

	2015 Consolidado				
	Valor contábil	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Passivos financeiros					
Debêntures	73.263			25.658	47.605
Arrendamento financeiro	162	90		72	
Fornecedores	4.804	4.804			
Demais contas a pagar	6.713	6.660		53	
	84.942	11.554		25.783	47.605

(c) Risco de fluxo de caixa

O caixa aplicado da Companhia tem rendimento indexado a percentuais do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado. Para o passivo, o risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e debêntures também indexados ao CDI. O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do empréstimo, sendo política da Companhia acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava uma exposição líquida passiva de R$ 79.109 (2015 - R$ 64.485), composta pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, deduzido de empréstimos, financiamentos e debêntures.

(d) Valor justo

As presentes demonstrações financeiras não incluem ativos ou passivos financeiros mensurados a valor justo.

5 Gestão de capital

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como a dívida líquida dividida pelo *EBITDA* (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), acompanhando o limite dos *covenants* de cada exercício estabelecidos na escritura das debêntures. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Empréstimos, financiamentos e debêntures	81.016	73.425	81.016	73.425
(-) Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras	(1.906)	(8.940)	(2.175)	(9.075)
Dívida líquida (A)	79.110	64.485	78.841	64.350
EBITDA (B)	10.160	18.673	10.130	18.731
(=) Relação dívida líquida sobre capital em 31 de dezembro (A/B)	7,79	3,45	7,78	3,44

A reconciliação do *EBITDA* para os exercícios apresentados é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro operacional antes do resultado financeiro e tributos	1.803	12.910	1.764	12.966
Depreciação do ativo imobilizado (Nota 11)	4.023	2.650	4.032	2.652
Amortização do intangível (Nota 12)	4.334	3.113	4.334	3.113
	10.160	18.673	10.130	18.731

6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Taxa efetiva de juros (ao ano)	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos		947	5.041	1.216	5.176
Aplicações financeiras					
Certificados de depósitos bancários	101% do CDI	959	2.437	959	2.437
Aplicações financeiras restritas (i)					
Certificados de depósitos bancários	100% do CDI		1.462		1.462
		1.906	8.940	2.175	9.075

(i) As aplicações financeiras restritas foram cedidas fiduciariamente em garantia ao cumprimento das obrigações garantidas relacionadas à 3ª. Emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado entre a Companhia e o Itaú Unibanco S.A., banco em que as aplicações foram realizadas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de dezembro de 2016, os debenturistas autorizaram o Agente Fiduciário liberar todo e qualquer recurso depositado na Conta Vinculada e o resgate de qualquer Aplicação Financeira oriunda da garantia constituída por meio de Contrato de Cessão Fiduciária, para transferência dos recursos exclusivamente para a conta do Banco Liquidante da operação e integralmente utilizados para o pagamento parcial da Remuneração Fixa estipulada na 3ª. Emissão de debêntures.

7 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Duplicatas a receber	7.051	5.588	7.204	5.643
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(52)	(56)	(52)	(56)
	6.999	5.532	7.152	5.587

O *aging list* das duplicatas a receber está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
A vencer	6.622	5.101	6.775	5.156
Vencidos até 30 dias	402	357	402	357
Vencidos até 60 dias	4	21	4	21
Vencidos até 90 dias	7	7	7	7
Vencidos até 180 dias	4	31	4	31
Vencidos há mais de 180 dias	12	71	12	71
	7.051	5.588	7.204	5.643

8 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Produtos acabados	1.395	1.744	1.395	1.744
Produtos para revenda	1.601	1.456	1.615	1.468
Matérias-primas	1.116	1.192	1.129	1.203
Outros	141	52	141	52
	4.253	4.444	4.280	4.467

9 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos diferidos ativos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	368	455	368	455
Crédito fiscal de ágio decorrente de incorporação reversa		2.043		2.043
Prejuízo fiscal	4.424	9.612	4.579	9.614
Base negativa	1.646	3.502	1.702	3.502
Ajustes de depreciação - CPC 27	(886)	(891)	(886)	(891)
Outras provisões	972	909	977	909
	6.524	15.630	6.740	15.632

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal e base negativa é de cinco anos, conforme a seguir:

	Montante Controladora	Montante Consolidado	Percentual
Em 2017	620	642	10
Em 2018	954	987	16
Em 2019	1.372	1.420	23
Em 2020	1.762	1.823	29
Em 2021	1.362	1.409	22
	6.070	6.281	100

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado da controladora é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(10.975)	2.750	(11.188)	2.783
Alíquota fiscal - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	3.731	(935)	3.804	(946)

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(252)	(468)	(263)	(468)
Outras receitas isentas de impostos	17	292	17	303
Impostos diferidos não registrados contabilmente	(3.496)		(3.558)	
Baixa IRPJ/CSLL diferido	(9.106)		(8.893)	
Diferença de Tributação –Lucro Presumido				(33)
Imposto de renda e contribuição social no resultado diferidos	(9.106)	(1.111)	(8.893)	(1.144)

Considerando-se que o ativo fiscal diferido deve ser reconhecido à medida que for provável que no futuro haverá lucro tributável suficiente para compensar esses prejuízos e com base na avaliação das evidências existentes, efetuamos em 2016 ajuste pelo montante que se espera que seja recuperado, no valor de R$ 9.106, sendo R$ 6.696 de IRPJ e R$ 2.410 de CSLL, assim distribuído: R$ 2.043 correspondente a credito fiscal de ágio e R$ 7.063 referente prejuízo fiscal e base negativa.

10 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
PIS e COFINS s/ base cálculo ICMS	7.960	6.718	7.962	6.718
Provisão constituída para o processo de PIS/COFINS sobre a base de cálculo de ICMS		(1.800)		(1.800)
Depósito judicial FGTS	36	26	36	26
	7.996	4.944	7.998	4.944

O montante registrado refere-se substancialmente à ação de questionamento da exclusão do valor do ICMS da Base de cálculo (receita bruta) para apuração mensal do PIS e COFINS, considerando a incidência somente sobre o faturamento, conforme mencionado na nota 17.

Tendo em vista que a ação da CPQ Brasil não foi julgada em última instância, a Companhia mantém o depósito judicial mensal, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 totaliza R$ 7.362 (R$ 6.718 em 31 de dezembro de 2015), conforme movimentação abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	4.944	(57)	4.946	(57)
Depósitos judiciais	645	692	645	692
Atualização de depósitos judiciais	607	2.032	607	2.032
Reversão provisão de depósitos judiciais	1.800	2.277	1.800	2.277
Saldo final	7.996	4.944	7.998	4.944

11 Imobilizado (Controladora)

	Edificações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2014	4.700	681	7.323	1.002	986	940	5.097	869	21.598
Aquisição		11	582	345	279	503	208	3.293	5.221
Alienação			(626)	(22)	(148)	(74)		(1.142)	(2.012)
Transferências		419	458				1.209	(2.086)	
Depreciação/amortização	(131)	(168)	(861)	(135)	(36)	(216)	(1.103)		(2.650)
Em 31 de dezembro de 2015	4.569	943	6.876	1.190	1.081	1.153	5.411	934	22.157
Custo total	7.505	2.741	21.353	2.178	1.543	2.175	7.865	1.234	46.594
Depreciação acumulada	(2.936)	(1.798)	(14.477)	(988)	(462)	(1.022)	(2.454)	(300)	(24.437)
Saldo contábil	4.569	943	6.876	1.190	1.081	1.153	5.411	934	22.157
Em 31 de dezembro de 2015	4.569	943	6.876	1.190	1.081	1.153	5.411	934	22.157
Aquisição			917	326		326	1.272	2.336	5.177
Alienação			(48)	(25)	(11)	(3)		(529)	(616)
Transferências		798					1.819	(2.617)	
Depreciação/amortização	(130)	(174)	(1.390)	(190)	(120)	(371)	(1.648)		(4.023)
Em 31 de dezembro de 2016	4.439	1.567	6.355	1.301	950	1.105	6.854	124	22.695
Custo total	7.505	3.537	22.127	2.469	1.500	2.493	10.956	124	50.711
Depreciação acumulada	(3.066)	(1.970)	(15.772)	(1.168)	(550)	(1.388)	(4.102)		(28.016)
Saldo contábil	4.439	1.567	6.355	1.301	950	1.105	6.854	124	22.695

11 Imobilizado (Consolidado)

	Edificações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2014	4.700	681	7.323	1.002	986	940	5.097	869	21.598
Aquisição		32	614	354	279	525	208	3.293	5.305
Alienação			(626)	(22)	(148)	(74)		(1.142)	(2.012)
Transferências		419	458				1.209	(2.086)	
Depreciação/amortização	(131)	(173)	(867)	(137)	(36)	(222)	(1.103)		(2.669)
Em 31 de dezembro de 2015	4.569	959	6.902	1.197	1.081	1.169	5.411	934	22.222
Custo total	7.505	2.762	21.385	2.187	1.543	2.197	7.865	1.234	46.678
Depreciação acumulada	(2.936)	(1.803)	(14.483)	(990)	(462)	(1.028)	(2.454)	(300)	(24.456)
Saldo contábil	4.569	959	6.902	1.197	1.081	1.169	5.411	934	22.222
Em 31 de dezembro de 2015	4.569	959	6.902	1.197	1.081	1.169	5.411	934	22.222
Aquisição			925	326		326	1.272	2.336	5.185
Alienação			(48)	(25)	(11)	(3)		(529)	(616)
Transferências		798					1.819	(2617)	
Depreciação/amortização	(130)	(177)	(1.391)	(191)	(120)	(375)	(1.648)		(4.032)
Em 31 de dezembro de 2016	4.439	1.580	6.388	1.307	950	1.117	6.854	124	22.759
Custo total	7.505	3.558	22.167	2.478	1.500	2.515	10.956	124	50.803
Depreciação acumulada	(3.066)	(1.978)	(15.779)	(1.171)	(550)	(1.398)	(4.102)		(28.044)
Saldo contábil	4.439	1.580	6.388	1.307	950	1.117	6.854	124	22.759

12 Intangível (Controladora e Consolidado)

	Software	Instalações Aeroportos	Ágio	Relacionamento com franqueados	Marcas e patentes	Ponto Comercial	Total
Em 31 de dezembro de 2014							
Saldo inicial	667	635	3.068	1.835	713	0	6.918
Aquisições	134	178					312
Combinações de negócios			800			927	1.727
Baixas			(2.742)				(2.742)
Transferência	496	(496)					
Amortização	(165)	(60)		(100)	(46)		(371)
Saldo contábil	1.132	257	1.126	1.735	667	927	5.844
Em 31 de dezembro de 2015							
Custo	2.181	360	1.126	2.366	919	1.227	8.179
Amortização acumulada	(1.049)	(103)		(631)	(252)	(300)	(2.335)
Saldo contábil	1.132	257	1.126	1.735	667	927	5.844
Em 31 de dezembro de 2015							
Saldo inicial	1.132	257	1.126	1.735	667	927	5.844
Aquisições	201	126					327
Baixa (i)			(1.126)	(1.637)	(629)		(3.392)
Transferência							
Amortização	(84)	(163)		(98)	(38)	(559)	(942)
Saldo contábil	1.249	220	0	0	0	368	1.837
Em 31 de dezembro de 2016							
Custo	2.382	486				1.227	5.283
Amortização acumulada	(1.133)	(266)				(859)	(3.446)
Saldo contábil	1.249	220				368	1.837

(i) Durante o ano de 2016, após teste de *Impairment*, os saldos de ágios, relacionamento com franqueados e marcas e patentes, originados de combinação de negócios foram baixados para perda, com base na falta de recuperabilidade destes ativos.

13 Debêntures

Em 2014, a Companhia efetuou a renegociação do seu endividamento junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. e a Planner Trustee DTVM Ltda. por meio de uma nova emissão de debêntures, a qual foi utilizada para liquidar antecipadamente as debêntures relativas à 2ª. emissão da Companhia.

Dessa forma, em 8 de dezembro de 2014, ocorreu a 3ª. emissão de debêntures da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, para distribuição pública, em série única, da espécie quirografária nos termos da Lei no 6.404/76 e da Instrução da CVM no 476/2009, a ser convolada na espécie com garantia real e fidejussória adicional, com esforços restritos de distribuição, de 75 debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, tendo sido firmada a escritura particular entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda.

O valor total da emissão foi de R$ 75.000, sendo que o valor nominal unitário das debêntures na data da emissão foi de R$ 1.000, remuneradas à taxa média diária de juros do DI acrescido de uma sobretaxa de 3,00% a.a.

As parcelas a vencer de longo prazo estão assim distribuídas:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
2015				
2016		2.249		2.249
2017	33.339	23.409	33.339	23.409
2018	23.780	23.780	23.780	23.780
2019	23.825	23.825	23.825	23.825
	80.944	73.263	80.944	73.263
Demonstrado como:				
Circulante	33.339	2.249	33.339	2.249
Não circulante	47.605	71.014	47.605	71.014
	80.944	73.263	80.944	73.263

As debêntures receberam as seguintes garantias:

(i) Alienação fiduciária em garantia de 100% das ações de emissão da Companhia, abrangendo as ações a serem emitidas em eventuais aumentos de capital social, nos termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças firmado em 5 de dezembro de 2014 entre MCN Participações e Empreendimentos Ltda. e Planner Trustee DTVM Ltda., e a Companhia qualidade de interveniente anuente.

(ii) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Titularidade da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditório e Outras Avenças firmado em 8 de dezembro de 2014 entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda. e Itaú Unibanco S.A., na qualidade de interveniente anuente.

(iii) Alienação fiduciária em garantia de imóvel de propriedade dos sócios, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel - Itaquiraí, firmado em 5 de dezembro de 2014.

(iv) Alienação fiduciária em garantia da planta industrial de Itupeva, nos termos do Instrumento Particular de Imóvel em Garantia, firmado em 5 de dezembro de 2014.

Os *covenants* acordados na escritura da 3ª. emissão de debêntures especificam que o índice de endividamento (dívida líquida sobre *EBITDA* ajustado), conforme definido na Nota 5, não podem exceder a 3, para o exercício de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016, embora inexista inadimplência relativa aos valores de principal e juros contratados, a Companhia não cumpriu obrigação contratual relacionada aos *Covenants*. O não cumprimento desta obrigação permite aos credores exigir o pagamento imediato do valor total emitido, cujo vencimento original e parcialmente de longo prazo, no montante atualizado total de R$ 80.944.

Entretanto, conforme demonstrado na nota explicativa de eventos subsequentes (nota 26), em Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 11 de janeiro de 2017, a CPQ recebeu dispensa da obrigação de manter o Índice Financeiro exclusivamente com relação ao exercício fiscal que se encerrou em 31 de dezembro de 2016, sem que seja caracterizado evento de vencimento antecipado não automático.

14 Férias, encargos e bônus a funcionários

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Provisão para férias	1.445	1.102	1.493	1.153
Encargos sociais	2.184	1.416	2.209	1.434
Provisão para bônus a funcionários		579		579
	3.629	3.097	3.702	3.166

15 Receitas antecipadas

Em 02 de junho de 2016, foi celebrado contrato de exclusividade entre a CPQ Brasil S.A. e Phillip Morris Brasil Ind. e Com, para comercialização de produtos na rede de franquias da Companhia, com vigência até 31 de dezembro de 2017. A receita decorrente deste contrato vem sendo apropriada finalizando ao resultado mensalmente, de acordo com um percentual estabelecido sobre o volume de compras de produtos, conforme condições contratuais.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Exclusividade para comercialização de produtos				
Receita a apropriar	400		400	
Apropriação ao resultado	(78)		(78)	
Passivo circulante	322		322	

16 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, assim como eventuais questionamentos relacionados com encargos trabalhistas decorrentes da contratação de prestadores de serviços, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. A movimentação das provisões é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Saldo inicial	1.422	232	1.422	232
Entrada de novos processos judiciais		1.172		1.172
Atualização de processos judiciais	567	18	567	18
Reversão de processos judiciais	(65)		(65)	
Saldo final	1.924	1.422	1.924	1.422

Existem processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de perda possível, no montante original de R$ 641 (2015 - R$ 104) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Em 24 de março de 2015 foi lavrado contra a Companhia pela Receita Federal do Brasil um Auto de Infração relativo a IRPJ, CSSL, PIS e COFINS (2010), processo administrativo nº 19311.720049/2015-91, no valor de R$ 54.094, por supostas omissões de receita praticadas pela Companhia, na qualidade de sucessora por incorporação de MCN Participações e Empreendimentos Ltda., e Alberto Carneiro Neto em caráter solidário, envolvendo a amortização de ágio no ativo diferido de operação de reorganização societária ocorrida em 2009.

Em 10/04/2015 a Companhia apresentou relação de bens e direitos para arrolamento conforme solicitação no referido Auto, que passou a integrar os Termos de Arrolamento de Bens nºs 19311.720445/2012-76 e 19311.720011/2013-57. Adicionalmente, foram lavrados os Termos de Arrolamento de Bens nºs 10880.723227/2015-15 e 19311.720121/2015-81 contra Alberto Carneiro Neto e sua esposa Giovana Adriano de Brito Carneiro, em caráter solidário com a Companhia.

A Companhia apresentou impugnação ao Auto de Infração protocolada em 20 de abril de 2015 perante o delegado da Delegacia da Receita Federal em Jundiaí, sendo que atualmente aguarda o julgamento do Auto por referido órgão.

A avaliação do risco de perder sua defesa do Auto de Infração foi considerada em dezembro de 2016 como remota pelos assessores legais da Companhia, sem recomendação de provisão contábil devido à fase processual e por ser processo administrativo, sendo a decisão passível de discussão judicial.

17 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
ICMS a recolher	1.837	1.818	1.841	1.830
COFINS a recolher	750	589	759	600
PIS a recolher	162	124	164	126
IOF a recolher	181	91	181	91
Outros	39	38	40	70
	2.969	2.660	2.985	2.717

18 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora e outras partes relacionadas. A Companhia não possui operações relevantes de compras e vendas de bens, locação, prestação de serviços, perdões de dívidas etc. Consequentemente, o resultado da Companhia não está impactado por transações com partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Ativo não circulante				
Alberto Carneiro Neto (i)	9.087	6.555	9.087	6.555
MCN (ii)	2.249	1.973	2.249	1.973
IGT 2 (iii)	906	225		
	12.242	8.753	11.336	8.528

(i) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia com Alberto Carneiro Neto, sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre as partes é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário), podendo, no entanto, ocorrer o vencimento antecipado destes empréstimos nas seguintes hipóteses, previstas na cláusula 3.1 dos contratos de mútuo: (a) após a Companhia pagar mais de R$ 20.000 em dividendos, juros sobre capital próprio, redução de capital ou outras distribuições aos acionistas ou; (b) caso o mutuário liquide seus investimentos (direta ou indiretamente) na mutuante, que viabilize o recebimento pelos controladores de quantia superior a R$ 20.000.

(ii) Refere-se a mútuo efetuado em novembro de 2013 pela Companhia com a Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda., sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento do mútuo é de no máximo vinte anos, conforme o disposto na cláusula 3 do contrato de mútuo (vencimento ordinário).

(iii) Refere-se a mútuos efetuados pela Companhia com IGT 2, sujeito a juros equivalentes a 100% do CDI. O vencimento dos mútuos celebrados entre as partes é um ano a contar da data de sua realização, conforme o disposto na cláusula 3 e 4 dos contratos de mútuo (vencimento ordinário).

Em 2016 e 2015, foram auferidos juros remuneratórios no montante de R$ 1.395 e R$ 945, respectivamente, registrados no resultado da Companhia.

Remuneração dos administradores

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Remuneração - diretoria (pró-labore e variável)	1.673	1.599	1.673	1.599
Encargos sociais	176	147	176	147
	1.849	1.746	1.849	1.746

19 Resultado por ação - básico e diluído

A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são iguais.

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	(20.081)	1.639	(20.081)	1.639
Quantidade de ações	11.516	11.516	11.516	11.516
	(1,74)	0,14	(1,74)	0,14

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da Controladora, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 12.839, dividido em 11.516.008 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, detido integralmente pelo acionista Nova MCN Participações e Empreendimentos Ltda.

(b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido, apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º. do artigo 182 da Lei no 6.404/76 exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 2016 e 2015, a reserva legal não foi constituída em razão dos prejuízos acumulados existentes.

(c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece como dividendo anual mínimo obrigatório o equivalente a 1% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio, observado ainda o disposto nos artigos 201 e 202 da Lei 6.404/76.

Os resultados apurados nos exercícios de 2016 e de 2015 foram totalmente absorvidos pelos prejuízos acumulados. Adicionalmente, por força das cláusulas restritivas das debêntures, a Companhia está impedida de distribuir dividendos.

21 Receita

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta	115.640	107.671	120.656	109.115
Imposto sobre Vendas				
PIS/COFINS	(4.738)	(3.235)	(5.120)	(3.278)
ICMS	(6.412)	(6.615)	(6.484)	(6.651)
ISSQN	(60)	(81)	(60)	(81)
INSS	(1.038)	(671)	(1.038)	(671)
Devoluções e abatimentos	(290)	(25)	(290)	(25)
	103.102	97.044	107.664	98.409
Receita por natureza				
Venda de produtos	97.314	88.971	101.876	90.336
Prestação de serviços	5.788	8.073	5.788	8.277
	103.102	97.044	107.664	98.409

22 Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Matéria-prima	29.058	27.518	30.416	27.944
Despesas com pessoal	28.664	24.829	29.630	25.135
Propaganda e publicidade e demais despesas comerciais	5.362	5.084	5.362	5.085
Serviços e utilidades	25.269	17.017	27.742	17.763
Depreciação e amortização	8.147	5.763	8.156	5.765
Frete	1.758	1.258	1.759	1.258
Manutenção	520	604	522	612
Despesas gerais	2.456	3.191	2.697	3.211
	101.234	85.264	106.284	86.773
Custos	46.535	41.959	48.760	42.658
Despesas	54.699	43.305	57.524	44.115
	101.234	85.264	106.284	86.773

23 Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receita de cessão de espaço	83	170	83	170
Receita com exclusividade em produtos(*)	507	501	507	501
Outras receitas operacionais	32	659	32	659
Outras Despesas	(240)		(240)	
	382	1.330	382	1.330

(*) Refere-se substancialmente a parcerias comerciais.

24 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas financeiras				
Rendimentos das aplicações financeiras	490	1.216	490	1.216
Juros sobre outras contas a receber	2.421	3.150	2.421	3.150
Descontos obtidos	32	21	34	21
	2.943	4.387	2.945	4.387
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias passivas sobre empréstimos, debêntures e outros passivos	(14.652)	(13.984)	(14.746)	(13.991)
Outras despesas financeiras	(1.069)	(563)	(1.151)	(579)
	(15.721)	(14.547)	(15.897)	(14.570)
Resultado financeiro líquido	(12.778)	(10.160)	(12.952)	(10.183)

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio e estoques	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça	15.241
Lucros cessantes	Despesas fixas 12 meses	41.360
Responsabilidade civil	Danos morais e materiais a terceiros	3.000
Patrimônio e estoques (Lojas)	Vendaval/furacão/impacto de veículos/queda aeronave/roubo/furto	19.414

26 Eventos Subsequentes

(a) Debentures

Em 11 de janeiro de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária com os detentores das debentures da 3ª. Emissão, foi deliberada a dispensa do dever da Companhia de apurar e manter o índice financeiro correspondente à divisão da dívida liquida pelo *EBITDA* (*covenant*), exclusivamente com relação ao exercício fiscal que se encerrou em 31 de dezembro de 2016, sem que isto caracterize um evento de vencimento antecipado não automático. Foi excluído também da Escritura cláusula que trata da Remuneração Variável com base na evolução dos lucros da Emissora (*EBITDA Kicker*).

Com relação as cláusulas da Amortização Programada, foram alteradas as datas de pagamento, sendo o vencimento da primeira parcela postergada de dezembro de 2016 para janeiro de 2018, ficando reduzidas para 24 parcelas. Foi alterado o percentual de Amortização Extraordinária das Debêntures e incluída previsão de amortização extraordinária obrigatória caso ocorra um evento de liquidez na Emissora.

Ainda em relação a Remuneração Fixa, houve a alteração do valor do *spread* ou sobretaxa que compõe a Remuneração Fixa das debêntures passando de CDI + 3,00% (três por cento) para CDI+ 6,00% (seis por cento).

(b) Venda e Locação Imóvel (Fábrica)

Em 11 de janeiro de 2017 foi celebrado o Instrumento Particular de Alienação fiduciária de bem Imóvel, para venda da planta industrial de Itupeva, objeto da matricula n 86.620 do 1º Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Jundiaí-SP, conforme autorização em AGD nesta data para que o Agente Fiduciário libere a garantia constituída pelo Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, considerando que os recursos obtidos com a venda foram destinados obrigatoriamente ao pagamento dos valores relacionados às debêntures.

Ainda, em 11 de janeiro de 2017 a CPQ assinou contrato de locação do referido imóvel pelo prazo de 10 anos, iniciando-se em 01/01/2017, onde excepcionalmente os locadores concederam carência de 100% do valor do aluguel para os doze primeiros meses do prazo contratual.

* * *